JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.02.08 06:23:57 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 8 de fevereiro de 2023 • Nº 1497 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TRAGÉDIA

Terremoto na Turquia e Síria pode afetar 23 milhões

O terremoto de magnitude 7,8 que já provocou mais de 7.300 mortes no sudeste da Turquia e no norte da Síria pode afetar 23 milhões de pessoas na região, advertiu a OMS (Organização Mundial da Saúde) ontem. Na véspera, a organização afirmou que previa um balanço de óbitos próximo de 20 mil. Segundo Adelheid Marschang, uma diretora da entidade, cinco milhões do total de pessoas expostas já estão em situação de vulnerabilidade. Trata-se do caso de refugiados da Guerra da Síria, por exemplo, e da população local que vive em áreas urbanas e rurais afetadas por mais de uma década de conflitos. Marschang ainda chamou a atenção para o fato de que a Síria deve necessitar de mais ajuda externa do que seu vizinho, a curto e médio prazos, em razão de sua menor capacidade de resposta. PÁGINA 8

ESTADOS

Tesouro quer parcelar compensação do ICMS

O Tesouro Nacional pretende parcelar a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), disseram ontem governadores que se reuniram com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Hoje, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reúne-se com os secretários estaduais de Fazenda para discutir a medida. A compensação das perdas com o ICMS, imposto administrado pelos estados, decorre das leis complementares do ano passado que limitaram as alíquotas sobre combustíveis, gás natural, energia, telecomunicações e transporte coletivo. O tema foi discutido no último dia 27 pelos governadores dos 26 estados e do Distrito Federal e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, o governo federal pediu para que o parcelamento ocorra dentro dos quatro anos de mandato. Ele disse que o montante a ser compensado será um valor intermediário entre os R$ 45 bilhões pedidos pelos governadores e os R$ 13 bilhões a R$ 16 bilhões prometidos pela portaria editada no governo passado. Casagrande disse que os recursos para compensar os estados e o Distrito Federal sairão diretamente do Orçamento da União. “Saímos bem encaminhados com relação às compensações das perdas de 2022”, afirmou. “A compensação será feita, mas os detalhes serão definidos amanhã.”

TAXA DE JUROS

Lula quer que Campos Neto ‘caia fora’ do Banco Central

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) disse, ontem, que não quer criar confusão com o BC (Banco Central), mas cobrou vigilância dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e de senadores da República. Haddad e Tebet integram com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão que pode encaminhar ao presidente da República o pedido de destituição do chefe da autoridade monetária em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia, de acordo com a lei que criou a autonomia do BC. Já ao Senado cabe aprovar essa troca de nomes, se receber o pedido do chefe do Executivo. A fala de Lula ocorre na esteira de uma sequência de críticas à instituição, desde que o Copom (Comitê de Política Monetária), na semana passada, manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano pela quarta vez consecutiva. PÁGINA 2

ENERGIA

Lula diz que privatização da Eletrobras foi ‘bandidagem’

PÁGINA 2

CASA PRÓPRIA

JOSE CRUZ/ABRASIL

Rui Costa: Governo quer entregar 96 mil moradias no primeiro semestre

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (**foto**), anunciou ontem que o governo pretende entregar 96 mil novas moradias do Minha Casa, Minha Vida no primeiro semestre deste ano. O Executivo irá priorizar a conclusão de 69 condomínios que tiveram as obras iniciadas e outros 70 que já foram aprovados. Costa disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá à Bahia na próxima terça-feira para "relançar" o programa e que será assinada uma medida provisória para definir os "novos moldes" da política pública habitacional. Apesar disso, a presidente da Caixa, Rita Serrana, disse que não há nada certo sobre a contratação de novos empreendimentos ainda neste ano. "Vai depender do orçamento do governo. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,82% / 107.829,73 / -891,85 / Volume: R$ 22.446.879.068 / Negócios: 3.519.566

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	16.97	+3.10	+0.51
MINERVA ON NM	13.68	+1.48	+0.20
GERDAU PN N1	31.24	+1.43	+0.44
GERDAU MET PN N1	13.76	+1.33	+0.18
SAO MARTINHOON NM	26.31	+1.11	+0.29

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	5.40	–6.90	–0.40
BRF SA ON NM	6.68	–6.83	–0.49
MARFRIG ON NM	6.81	–5.15	–0.37
BANCO PAN PN N1	5.24	–4.73	–0.26
VIA ON NM	2.10	–4.55	–0.10

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ALE ON NM	88.42	+0.66	+0.58
PETROBRAS PN N2	25.62	–0.62	–0.16
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.55	–2.31	–0.58
B3 ON NM	11.89	–1.82	–0.22
MAGAZ LUIZA ON NM	4.05	–1.94	–0.08

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.156,69	+0,78
NASDAQ Composite	12.113,786	+1,90
Euro STOXX 50	4.204,05	-0,04
CAC 40	7.132,35	-0,07
FTSE 100	7.864,71	+0,36
DAX 30	15.320,88	-0,16

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	0,21% (jan.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA 5**	0,55% (jan.)	Compra: 5,6115	Venda: 5,7915
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	13,75%	0,25	até o dia 7/fev.	Compra: 5,1689	Venda: 5,1695
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
8/2)	0,58%	BM&F/grama	R$ 309,00	Compra: 5,1985	Venda: 5,1991
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(jan./23)	0,0830%	Compra: 5,5735	Venda: 5,5741	Compra: 5,2149	Venda: 5,3949

MERCADOS

Dólar sobe a R$ 5,20 com críticas de Lula ao BC; Bolsa recua 0,82%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O alívio no mercado internacional não se repetiu no Brasil ontem. Em mais um dia de tensões entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Banco Central (BC), o dólar superou a barreira dos R$ 5,20 pela primeira vez em duas semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou, na contramão do otimismo no mercado norte-americano.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,20, com alta de R$ 0,026 (+0,5%). A cotação iniciou o dia em baixa, chegando a cair para R$ 5,13 por volta das 10h. Inverteu o movimento ainda durante a manhã, recuou para R$ 5,15 por volta das 15h e subiu novamente no fim das negociações. A moeda norte-americana está no maior nível desde 23 de janeiro, quando também tinha fechado a R$ 5,20. Apesar da alta do dia anterior, a divisa acumula queda de 1,52% em 2023.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela volatilidade. O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou aos 107.830 pontos, com queda de 0,82%. O indicador iniciou o dia próximo da estabilidade, mas acelerou as perdas após declarações de Lula sobre o Banco Central.

TAXA DE JUROS

Lula quer que Campos Neto 'caia fora' do Banco Central

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, ontem, que não quer criar confusão com o BC (Banco Central), mas cobrou vigilância dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e de senadores da República.

Haddad e Tebet integram com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão que pode encaminhar ao presidente da República o pedido de destituição do chefe da autoridade monetária em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia, de acordo com a lei que criou a autonomia do BC.

Já ao Senado cabe aprovar essa troca de nomes, se receber o pedido do chefe do Executivo.

A fala de Lula ocorre na esteira de uma sequência de críticas à instituição, desde que o Copom (Comitê de Política Monetária), na semana passada, manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano pela quarta vez consecutiva, na primeira reunião desde que o presidente Lula tomou posse.

"Naquele tempo, era fácil jogar a culpa no presidente da República. Agora, não. A culpa é do Banco do Central. Agora, é o Senado que pode trocar o presidente do Banco Central", disse.

"Eu espero que o (Fernando) Haddad esteja acompanhando, a Simone (Tebet) esteja acompanhando e que ele próprio esteja acompanhando a situação do Brasil", completou.

A declaração do presidente foi dada durante café da manhã com jornalistas da "mídia independente e alternativa", ocorrido no Palácio do Planalto. Em 12 de janeiro, ele já havia realizado um primeiro encontro com a imprensa.

Lula cobra dos senadores providência quanto ao Banco Central e ao presidente Roberto Campos Neto, uma vez que ele próprio não tem gerência sobre o mandato do dirigente. Isso ocorre desde que a autoridade monetária tornou-se independente, em 2021 -medida que o petista critica.

"Acho que o Senado tem que ficar vigilante. Porque eu lembro quantas críticas eu recebia da Fiesp toda vez que aumentava a taxa de juros, eu lembro quantos os senadores faziam discurso contra mim quando aumentava a taxa de juros. Ele agora não tem mais que cobrar de mim, da Presidência da República, sobre a taxa de juros, eles têm que cobrar deles", disse o petista.

O chefe do Executivo também se referiu a Roberto Campos Neto como "cidadão", disse só ter estado com ele apenas uma única vez e ressaltou, de forma indireta, a proximidade dele com o governo do antecessor, Jair Bolsonaro (PL).

"E vamos ver como o BC se comporta. Eu só tenho um mês de convivência com ele (RCN), ele teve não sei quanto tempo de convivência com o (Paulo) Guedes", prosseguiu.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o entorno do mandatário considera que Campos Neto queimou pontes com o governo petista e reduziu suas chances de influenciar a indicação de novos diretores da autarquia.

Lula vem intensificando as críticas à atuação do Banco Central nas últimas semanas. O tensionamento na relação com o chefe da autoridade monetária ocorre após o BC ter mantido os juros em patamar elevado pela quarta vez seguida e em meio a um escalonamento nas críticas de Lula à instituição.

A avaliação de integrantes do governo Lula é de que Campos Neto foi inábil com as decisões do Copom e o tom do último comunicado -no qual sinalizou a manutenção da Selic no nível atual por mais tempo. Na visão de aliados do Planalto, houve uma confusão de autonomia do BC com isolamento.

JANEIRO

Tesouro paga R$ 907,8 milhões em dívidas atrasadas de estados

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo federal pagou R$ 907,88 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em janeiro, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os números dizem respeitos às dívidas garantidas pela União e não honradas por sete estados e constam do Relatório de Garantias Honradas pela União em operações de crédito.

Foram R$ 327,33 milhões relativos à inadimplência do Maranhão; R$ 188,03 milhões de Minas Gerais; R$ 120,12 milhões do Piauí; R$ 107,01 milhões do Rio de Janeiro; R$ 78,30 milhões de Goiás; R$ 60,92 milhões do Rio Grande do Sul e R$ 26,18 milhões de Pernambuco.

As garantias são os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Mundial. Como garantidor das operações, o Tesouro é comunicado pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato. Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto com bloqueios de repasses federais ordinários, além de impedir novos financiamentos.

"No total, desde 2016, a União realizou o pagamento de R$ 52,60 bilhões com o objetivo de honrar garantias em operações de crédito de Estados e municípios. No mesmo período, foram recuperados R$ 5,61 bilhões dos valores devidos por meio da execução das contragarantias oferecidas nos contratos.

Nesse caso, além do valor original, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União", informou a secretaria.

A Secretaria do Tesouro monitora os eventuais atrasos de pagamentos dos contratos garantidos pela União, estabelecendo prazos para regularização das pendências, além de "alertar os devedores para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente."

SETOR ELÉTRICO

Lula diz que privatização da Eletrobras foi 'bandidagem'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, ontem, que a AGU (Advocacia-Geral da União) questionará contrato de privatização da Eletrobras, a qual classificou como "bandidagem", "irracional" e "maquiavélica".

Esta não é a primeira vez que o mandatário critica a desestatização, oficializada no ano passado, pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). Mas, desta vez, ele disse que o governo buscaria rever as regras a que a União fi-

cou submetida.

"O governo tem 40% das ações (da Eletrobras), e o governo só pode participar na direção como se tivesse 10%. Se amanhã o governo tiver interesse de comprar as ações, as ações para o governo valem três vezes mais do que o valor normal para outro candidato. Ou seja, foi feito quase que uma bandidagem para que o governo não volte a adquirir maioria", disse Lula.

"Inclusive, possivelmente o advogado-geral da União (Jorge Messias) vai entrar na Justiça para que a gente possa rever esse contrato leonino contra o governo. Porque é contra o governo. Tanto na participação acionária nós queremos ter mais gente na direção, mais gente no conselho, quanto esse negócio de que você não pode comprar porque você vai pagar três vezes mais caro. Isso é uma coisa irracional, maquiavélica, que não podemos aceitar", completou.

Lula não disse, contudo, como seria essa ação, nem quando ela seria impetrada.

Em meio às críticas, ele disse ainda que os diretores da empresa aumentaram seus salários de R$ 60 mil para R$ 360 mil e que um conselheiro recebe R$ 200 mil. "Ou seja, isso é privatizar para quê?" A declaração foi dada durante café da manhã com veículos de comunicação e blogs alternativos alinhados à esquerda, ocorrido no Palácio do Planalto.

CASA PRÓPRIA

Governo quer entregar 96 mil moradias do 'Minha Casa' no primeiro semestre

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou ontem que o governo pretende entregar 96 mil novas moradias do Minha Casa, Minha Vida no primeiro semestre deste ano.

O Executivo irá priorizar a conclusão de 69 condomínios que tiveram as obras iniciadas e outros 70 que já foram aprovados. Costa disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá à Bahia na próxima terça-feira para "relançar" o programa e que será assinada uma medida provisória para definir os "novos moldes" da política pública habitacional.

Apesar disso, a presidente da Caixa, Rita Serrana, disse que não há nada certo sobre a contratação de novos empreendimentos ainda neste ano.

"Vai depender do orçamento do governo. Se conseguir contratar esse ano, já contrata esse ano e começa, mas a prioridade é terminar (as obras em andamento), porque obra parada o custo é muito alto", afirmou.

"Só para terem ideia, temos 69 obras em andamento, a maioria contratada lá em 2016, 2015, que ficaram paradas nesse período todo. O objetivo agora nosso é agilizar, como disse o ministro Rui, a entrega dessas 69 obras", afirmou.

E prosseguiu: "Tem mais 70 obras aprovadas que não saíram do papel, estão paradas, ou no início da obras".

Rui Costa, por sua vez, disse que "todo o foco" será para concluir e entregar cerca de 120 mil unidades do faixa 1 do programa, para as famílias com renda mais baixa.

"A grande maioria está acima de 60% de construção, mas nós queremos e aqui eu já peço o empenho de cada funcionário, gerente e diretor, que consigamos, quem sabe, entregar cerca de 80% dessas unidades ainda no primeiro semestre deste ano, garantindo os recursos necessários para que as obras voltem no ritmo necessário", afirmou.

As declarações foram dadas em evento que reuniu os gestores da rede de atendimentos da Caixa Econômica Federal. O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, também participou.

Nota

PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL NAS REFINARIAS EM 8,9%

A Petrobras reduzirá em 8,9% o preço do diesel vendido por suas refinarias a partir de hoje. Segundo a estatal, o preço médio do produto cairá de R$ 4,50 para R$ 4,10 por litro. Não haverá mudança no preço da gasolina. O corte era esperado pelo mercado, já que a empresa vinha operando com preços bem mais altos do que as cotações internacionais do produto, que recuam diante da fraca demanda e dos elevados estoques europeus. Na abertura do mercado de ontem, o diesel vendido pelas refinarias da Petrobras estava 16%, ou R$ 0,60 por litro), acima da paridade de importação, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). Na média nacional, a diferença era de 14%, ou R$ 0,56 por litro. A estatal diz que a redução "tem como principal balizador a busca pelo equilíbrio dos preços da Petrobras aos mercados nacional e internacional, contemplando as principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos". Considerando a mistura obrigatória de 10% de biodiesel no produto vendido nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R$ 3,69 a cada litro vendido na bomba. É uma diferença de R$ 0,35 por litro em relação ao valor vigente.

FGV

IGP-DI registra inflação de 0,06% em janeiro

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,06% em janeiro, taxa inferior à observada no mês anterior (0,31%) e em janeiro de 2022 (2,01%).

Com isso, o indicador acumula taxa de inflação de 3,01% em 12 meses, bem abaixo dos 16,71% de janeiro do ano passado.

A queda de dezembro para janeiro foi puxada pelos preços no atacado. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), subíndice que mede esse segmento, teve deflação 0,19% em janeiro, ante uma inflação de 0,32% em dezembro.

Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), tiveram alta da taxa.

O IPC passou de 0,35% em dezembro para 0,80% em janeiro. Já o INCC subiu de 0,09% para 0,46% no período.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

Balanços patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Ativo circulante	**26**	**59**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	18	50
Impostos a compensar (Nota 6)	8	9
Total do ativo	**26**	**59**
Passivo circulante	**99**	**232**
Fornecedores (Nota 7)	–	49
Obrigações tributárias (Nota 8)	27	42
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	72	141
Não circulante	**3**	**11**
Outras obrigações (Nota 10)	3	11
Patrimônio líquido (Nota 13)	(76)	(184)
Capital social	6.265	5.265
Prejuízos acumulados	(6.341)	(5.449)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**26**	**59**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Outras despesas operacionais		
Despesas com pessoal (Nota 11)	(741)	(857)
Despesas tributárias	(20)	(22)
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)	(138)	(443)
	(899)	**(1.322)**
Resultado líquido com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo (Nota 5)	**6**	**18**
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	**(893)**	**(1.304)**
Prejuízo do exercício	**(893)**	**(1.304)**
Média ponderada de ações ordinárias (Nota 13)	3.109.120	1.991.930
Prejuízo por ação - básico e diluído - em R$ mil (Nota 13)	(0,0003)	(0,0007)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de reais)	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(893)**	**(1.304)**
Total de resultados abrangentes	**(893)**	**(1.304)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de reais)	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019	**4.176**	**–**	**(4.145)**	**31**
Aumento de capital	1.089	–	–	1.089
Prejuízo do exercício	–	–	(1.304)	(1.304)
Saldos em 31/12/2019	**5.265**	**–**	**(5.449)**	**(184)**
Saldos em 01/01/2020	**5.265**	**–**	**(5.449)**	**(184)**
Aumento de capital (Nota 13.a)	1.000	–	–	1.000
Prejuízo do exercício	–	–	(893)	(893)
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	1	1
Saldos em 31/12/2020	**6.265**	**–**	**(6.341)**	**(76)**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(893)	(1.304)
Resultado do exercício ajustado	**(893)**	**(1.304)**
Variação de ativos e passivos		
Aumento em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	32	127
Redução em impostos a compensar	1	17
Redução em adiantamento a funcionários	–	6
Redução em fornecedores	(49)	(48)
Redução em obrigações tributárias	(15)	27
Redução em obrigações trabalhistas	(70)	82
Aumento em outras obrigações	(6)	4
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(1.000)**	**(1.089)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento de capital (Nota 13.a)	1.000	1.089
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**1.000**	**1.089**

Demonstrações dos valores adicionados em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 12)	(138)	(443)
Valor adicionado bruto	(138)	(443)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	**(138)**	**(443)**
Valor adicionado recebido em transferência (Nota 5)	6	18
Resultado financeiro	**6**	**18**
Valor adicionado total a distribuir	(132)	(425)
Distribuição do valor adicionado	**(132)**	**(425)**
Pessoal e encargos (Nota 11)	(741)	(857)
Impostos, taxas e contribuições	(20)	(22)
Prejuízo do exercício	**(893)**	**(1.304)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Carioca de Securitização ("Companhia") é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro ("Município"), autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27/12/2012, e constituída pelo Decreto Municipal nº 40.198, de 08/07/2015, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. O seu objeto social consiste na aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos vencidos, de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamento ou não, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferido em 27/06/2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria. A Companhia, manteve-se pré-operacional desde sua constituição, em virtude de eventos externos e independentes de seu desempenho, que impactaram a execução do seu objeto social, tardando o bom andamento e implemento de suas operações; por decorrência, a Companhia vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo. Visando superar os problemas externos que impactaram o andamento da Securitização, a Companhia passou a se dedicar em múltiplas frentes para modernizar as ferramentas e a legislação em âmbito municipal para viabilizar a captação de recursos ao município e superar os obstáculos. Para tanto, foi necessário amparar tecnicamente a estrutura jurídico-administrativa do Município, bem como idealizar uma estrutura jurídica interna independente para permitir que a Companhia viesse a reunir as condições administrativas para entrar em operação definitivamente. Perseguindo o escopo referido, em meados de 2019, a Companhia passou por uma reformulação profunda da sua estrutura de cargos para acelerar e concretizar a Securitização em âmbito municipal, constituindo novos Diretores (DRI e Presidente) e órgão jurídico próprio, especializados na tecnologia financeira que se pretende empreender para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, acelerar e viabilizar em definitivo o exercício do objeto social da empresa. A reformulação da estrutura interna serviu, portanto, para auxiliar na criação, desenvolvimento e implemento de um novo modelo de Securitização da Dívida Ativa Municipal, que constitui uma modalidade mais atualizada de engenharia e gestão financeira para captação de recursos, chamada de Securitização de 3ª Geração. A Companhia apresenta, em 31/12/2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R$ 76, prejuízo acumulado no montante de R$ 6.341 e prejuízo de R$ 893 no exercício findo nesta data. Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 10/11/2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). b) Julgamento e estimativas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. c) Sazonalidade das transações: Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f) Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. c) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência. d) Ativo circulante: São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. e) Passivo circulante e não circulante: São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. g) Ativos e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas*: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas*: são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação. h) Resultado por ação básico e diluído: É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31/12/2020, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição. i) Instrumentos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração: Data de reconhecimento*: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. *Instrumentos financeiros derivativos*: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*: Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo. *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*: Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado". *Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: a) Participações societárias: No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor justo de participações que não estão mantidas para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecida no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados. b) Instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". *Ativos financeiros ao custo amortizado*: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. *Passivos financeiros ao custo amortizado*: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. *Reclassificações*: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. *Mensuração*: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado; • O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • O descumprimento de *covenants*; • A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. *Determinação do valor justo*: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: *Nível 1*: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. *Nível 2*: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. *Nível 3*: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4. Novas normas e interpretações contábeis: A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2020. **5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Durante os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	Nível - valor justo	31/12/2020 Custo amortizado	31/12/2020 Valor de mercado	31/12/2019 Custo amortizado	31/12/2019 Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	18	18	50	50

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	6	18
Total	**6**	**18**

6. Impostos a compensar: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a recuperar	8	9
Total	**8**	**9**

7. Fornecedores: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços prestados por terceiros	–	49
	–	**49**

8. Obrigações tributárias: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre salários a recolher	27	42
	27	**42**

9. Obrigações trabalhistas: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	38	57
Férias	–	40
INSS a pagar	16	34
FGTS a pagar	9	10
Provisões trabalhistas	9	–
	72	**141**

10. Outras obrigações: Em 31/12/2020 e 2019, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Caução de contratos	3	11
	3	**11**

11. Despesas com pessoal: Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Salários (Nota 14.b)	510	549
INSS	121	144
FGTS	66	76
Férias	7	45
13º salário	16	26
Gratificações	21	17
Total	**741**	**857**

12. Despesas gerais e administrativas: Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Assessoria jurídica	–	160
Auditoria e assessoria contábil	61	211
Anúncios e publicações	63	48
Juros multas e encargos	11	19
Legais e societárias	3	5
	138	**443**

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 14/01/2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R$ 1.000 subscrito em 2015. Em 20/04/2016, foi transferida 1 ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP. Em 13/09/2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R$ 998. Em 16/03/2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R$ 1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e este foi integralizado em 30/03/2017. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22/12/2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R$ 500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15/01/2018; e (ii) R$ 589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/2018 foi integralizado o montante de R$ 1.089. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08/02/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28/02/2019. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19/07/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 13/11/2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14/01/2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 1.000 mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 18/02/2020. Em 31/12/2020, o capital subscrito e integralizado é de R$ 6.265 e está representado por 3.243.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais. b) Reserva de lucros: A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. c) Dividendos: O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. d) Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
ON	3.243.000	2.243.000
Total de ações	**3.243.000**	**2.243.000**

Movimentação na quantidade de ações

	Data	Ações
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
Aumento de capital	08/02/2019	783.600
Aumento de capital	19/07/2019	305.400
Aumento de capital	18/02/2020	1.000.000
	31/12/2020	**3.243.000**

Média ponderada do número de ações ordinárias

Data	Quantidade de ações ordinárias	Número de dias	Média ponderada de ações
31/12/2019	2.243.000	366	2.243.000
18/02/2020	1.000.000	317	866.120
31/12/2020	**3.243.000**		**3.109.120**

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2020	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2020	**(893)**	**3.109.120**	**(0,0003)**

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2019	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2019	**(1.304)**	**1.991.930**	**(0,0007)**

14. Partes relacionadas: a) Controlador: O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 3.242.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Administradores: A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável. O Decreto Rio nº 43509, de 07/08/2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do Conselho Administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

Janeiro, a R$ 2.000,00 e R$ 1.000,00, respectivamente. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Os Administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R$ 510 durante o exercício findo em 31/12/2020 (R$ 549 no exercício findo em 31/12/2019). **15. Contingências:** A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31/12/2020, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas. **16. Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **17. Gerenciamento do risco:** Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31/12/2020, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário. Em 31/12/2020, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação. Risco de liquidez: O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	31/12/2020		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	18	–	18
	18	–	**18**

	31/12/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	50	–	50
	50	–	**50**

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/12/2020		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	72	–	72
Fornecedores (Nota 7)	–	–	–
Obrigações tributárias (Nota 8)	27	–	27
Outras obrigações (Nota 10)	–	4	4
Total	**99**	**4**	**103**

	31/12/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	141	–	141
Fornecedores (Nota 7)	49	–	49
Obrigações tributárias (Nota 8)	42	–	42
Outras obrigações (Nota 10)	–	11	11
Total	**232**	**11**	**243**

18. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **19. Eventos subsequentes:** Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.

Álvaro Luis Pereira Botelho - Diretor Presidente
André Luiz Carneiro de Vasconcellos - Diretor Financeiro e Administrativo
Contador: **Renato Vieira Pita** - Reg. no CRC - SP sob o nº 1SP215876/O-8 "S" - RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização, em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e prejuízos operacionais recorrentes. Pelos fatos mencionados, a Companhia poderá depender de suporte financeiro do acionista e/ou da captação de recursos junto a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações. O equilíbrio financeiro depende do sucesso das operações futuras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Despesas com pessoal:** A Companhia apresentou despesas com pessoal no montante de R$ 741 mil, durante o exercício findo em 31/12/2020. Devido à situação pré-operacional da Companhia, pelo impacto direto no seu resultado operacional e devido à materialidade no contexto das demonstrações contábeis, a despesa com pessoal é considerada uma das principais áreas de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o: (i) entendimento do processo de folha de pagamento; (ii) análise da folha de pagamento em base amostral para o exercício; (iii) recálculo dos impostos que incidem sobre os salários dos funcionários e administradores; e (iv) a valorização dos benefícios dos funcionários e administradores, reconhecidos durante o exercício findo em 31/12/2020. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a rubrica de despesa com pessoal, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração no reconhecimento das despesas com pessoal, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 27/03/2020, sem ressalvas, porém, com Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022.
REIS Consultoria & Auditoria Auditores Independentes - CRC/RJ 3055
Jeronimo dos Reis Pacheco - Contador - CRC/RJ 057227/O-7.

Parecer conselho de administração: O Conselho de Administração da Companhia Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório da Auditoria Independente datado de 10/11/2022 e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal datado de 12/01/2023, sendo que a administração da Companhia esclareceu inexistir quaisquer ressalvas seja nos relatórios de Auditoria, seja nas atas do Conselho Fiscal, com relação ao exercício base 2020. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Companhia Carioca de Securitização. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Cleonis Rodrigues de Souza Filho - Presidente do Conselho
Waldemar Paulo M. Silva - Conselheiro. **Luiz Orione Souza Nunes** - Conselheiro

Parecer conselho fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório anual de Administração, as Demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Com base nos exames efetuados, no Relatório da Auditoria Independente emitido em 10/11/2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, consoante as respectivas Atas do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização.
Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Márcio Martins Loureiro - Conselheiro. **Marcelo Ferreira de Oliveira** - Conselheiro
Marcelo Raposo Ladeira - Conselheiro

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol com muitas nuvens, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 31º 21º 85% 05:35 18:35

CENTRO CRISTÃO INTERNACIONAL TERRA DOS PROFETAS - CCINTEP
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à Travessa Serafim, 22, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, em primeira convocação no dia 22 (vinte e dois) de fevereiro do corrente ano, às 13:30 (treze horas e trinta minutos), com o quorum declarado no Estatuto, ou às 14:00 (quatorze horas), com qualquer número de participantes para a deliberação de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e reforma do estatuto.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.
A Diretoria

INSTITUTO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR E TRABALHADOR - IFACONT
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à Rua Beneditinos, 16, Sala 801, Centro, Rio de Janeiro, RJ, em primeira convocação no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro do corrente ano, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), com o quorum declarado no Estatuto, ou às 09:00 (nove horas), com qualquer número de participantes para a deliberação de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, nova razão social, mudança da sede e reforma do estatuto.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.
A Diretoria

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da Tangara Energia S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 08, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:35 e terceira, e ultima, convocação às 14:40, do dia 21/02/2023, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2020 e 31.12.2021; **(ii)** reeleger os diretores da Sociedade; **(iii)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; **(iv)** ratificar a deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/12/2022, retificando o valor a redução de capital destinado a absorção de prejuízos, e, por conseguinte, o valor total da redução de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/03/2022; **(v)** outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (08, 09 e 10/02/2023)

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 NIRE 3330030247-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2023. Convocamos os Senhores Acionistas da GF PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), que se realizará no dia 15 de fevereiro de 2023, às 11h, nos termos do artigo 124, §2 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Avaliação e aprovação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), da emissão privada da Companhia ("Debêntures"), no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Emissão"); e 2. Avaliação e autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de Emissão e contratos relacionados, à negociação dos termos da escritura de emissão e contratos relacionados, à contratação de instituição financeira para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor e a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023. Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração GF Participações S.A.

ROCINHA

Médico sumido no Rio é achado desacordado em hotel na Barra

O médico de família, Victor Henrique Bueno, de 27 anos, que estava desaparecido desde a manhã desta segunda-feira passada em Copacabana, quando estava a caminho de seu local de trabalho, na comunidade da Rocinha, zona sul do Rio, foi achado ontem desacordado em um hotel na Barra da Tijuca, na zona oeste.

De acordo com a Polícia Civil do Estado, o homem foi localizado por agentes da DDPA (Delegacia de Descoberta de Paradeiros)

"A partir da análise de imagens de câmeras de segurança e outras diligências, os agentes conseguiram descobrir que ele se deslocou para a Barra da Tijuca, onde se hospedou em um hotel. O homem foi encontrado desacordado e, por isso, os policiais solicitaram uma ambulância para socorrê-lo. A investigação prossegue para esclarecer todos os fatos.", diz a nota da Polícia Civil.

Nas redes sociais, a noiva de Victor havia feito um apelo: "Seguimos sem informação, sem notícia nenhuma dele. A única coisa que a gente sabe é que ele saiu para trabalhar, na clínica da família da Rocinha, de crachá, mas não chegou ao local de trabalho. Até as 14h ele ainda estava recebendo ligação, mas depois disso acho que o telefone deve ter ficado sem bateria", escreveu Isabella de Araújo, nas redes sociais.

A mulher registrou o caso na 12ª DP, Copacabana, mas o caso foi encaminhado à DDPA, que ficou responsável por dar prosseguimento às investigações.

Victor Henrique é médico de família no Centro Municipal de Saúde Dr. Albert Sabin, na Rocinha, e segundo a SMS (Secretaria Municipal de Saúde), na segunda-feira ele não se apresentou para o trabalho. "A direção da unidade está em contato com a família e prestando todo apoio neste momento", disse a SMS antes do homem ser encontrado.

Imagens de câmeras de segurança do prédio onde Victor mora, mostra o rapaz dentro do elevador, com uma mochila nas costas e um crachá no pescoço.

CARNAVAL

Hemorio faz campanha para reforçar estoques de sangue

FRANCISCO EDUARDO FERREIRA/ABRASIL

O Hemorio lançou ontem a campanha Carnaval Tá No Sangue, com o objetivo de atrair doadores de sangue durante o período de folia. De acordo com o diretor geral do Instituto, Luiz Amorim, as doações caem até 30% neste período do ano.

"O período de carnaval no Rio de Janeiro é um grande desafio para o Hemorio, em função da histórica queda nas doações, que pode chegar a 30%. É muito importante garantir que os estoques estejam abastecidos para dar suporte a pessoas que precisam e permitir que possamos comemorar de forma tranquila".

Na última ação, entre fevereiro e março do ano passado, cerca de 2 mil doadores aderiram. Agora, a iniciativa volta a ter o apoio de grandes escolas de samba do Rio de Janeiro. Os doadores irão receber cupons dos diversos parceiros para curtir a folia e os que estiverem fantasiados vão concorrer a um par de ingressos para eventos de carnaval do Rio, inclusive camarotes da Sapucaí.

Além disso, escolas de samba vão se apresentar com ritmistas, passistas e casal de mestre-sala e porta-bandeira no salão de doação da unidade, todos os dias da campanha a partir de 11h, para fazer uma "bagunça solidária", segundo mensagem nas redes sociais do Instituto.

O Salgueiro foi a primeira escola a se apresentar, animando os doadores nesta terça-feira. Hoje, será a Portela; amanhã, a Mangueira; e na sexta-feir, é a vez da Beija-Flor.

Nota

JUCERJA ABRE 4.949 EMPRESAS EM JANEIRO

O ano começou de forma positiva na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja). Foi registrado um total de 4.949 novas empresas no RJ, a segunda melhor marca do mês nos 214 anos da Junta Comercial. O número foi maior do que o atingido em janeiro de 2021 (4.795) e ficou bem perto de superar o recorde histórico de janeiro de 2022, quando foram contabilizados 5.457 novos negócios. O ano passado terminou com 72.831 empresas abertas. Do total de empresas abertas em janeiro, 4.632 foram constituições, ou seja, novas empresas.

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

Balanços patrimoniais 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Ativo Circulante	**27**	**26**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	19	18
Impostos a compensar (Nota 6)	8	8
Total do ativo	**27**	**26**
Passivo Circulante	**99**	**99**
Obrigações tributárias (Nota 7)	27	27
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	72	72
Não circulante	**4**	**3**
Outras obrigações (Nota 9)	4	3
Patrimônio líquido (Nota 12)	**(76)**	**(76)**
Capital social	6.265	6.265
Prejuízos acumulados	(6.341)	(6.341)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**27**	**26**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Outras despesas operacionais	2021	2020
Despesas com pessoal (Nota 10)	–	(741)
Despesas tributárias	(1)	(20)
Despesas gerais e administrativas (Nota 11)	–	(138)
	(1)	**(899)**
Resultado líquido com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo (Nota 5)	**1**	**6**
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	**–**	**(893)**
Prejuízo do exercício	**–**	**(893)**
Média ponderada de ações ordinárias (Nota 12)	3.175.969	3.109.120
Prejuízo por ação - básico e diluído - em R$ mil (Nota 12)	(0,0000)	(0,0003)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2021 e 2020

(Em milhares de reais)	2021	2020
Prejuízo do exercício	–	**(893)**
Total de resultados abrangentes	**–**	**(893)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2021 e 2020

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020	**5.265**	**(5.449)**	**(184)**
Aumento de capital (Nota 12.a)	1.000	–	1.000
Prejuízo do exercício	–	(893)	(893)
Ajuste de exercícios anteriores	–	1	1
Saldos em 31/12/2020	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**
Saldos em 01/01/2021	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**
Saldos em 31/12/2021	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Prejuízo do exercício	–	(893)
Resultado do exercício ajustado	**–**	**(893)**
Variação de ativos e passivos (Redução)/Aumento em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1)	32
Redução em impostos a compensar	–	1
Redução em fornecedores	–	(49)
Redução em obrigações tributárias	–	(15)
Redução em obrigações trabalhistas	–	(70)
Redução/(Aumento) em outras obrigações	1	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**–**	**(1.000)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (Nota 12.a)	–	1.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**–**	**1.000**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	–	–

Demonstrações dos valores adicionados em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Insumos adquiridos de terceiros	2021	2020
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 11)	–	(138)
Valor adicionado bruto	**–**	**(138)**
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	–	(138)
Valor adicionado recebido em transferência (Nota 5)	1	6
Resultado financeiro	**1**	**6**
Valor adicionado total a distribuir	1	(132)
Distribuição do valor adicionado	1	(132)
Pessoal e encargos (Nota 10)	–	(741)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	(20)
Prejuízo do exercício	**–**	(893)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31/12/2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Carioca de Securitização ("Companhia") é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro ("Município"), autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27/12/2012, e constituída pelo Decreto Municipal nº 40.198, de 08/07/2015, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. O seu objeto social consiste na aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos vencidos, de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamento ou não, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferido em 27/06/2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria. A Companhia, manteve-se pré-operacional desde sua constituição, em virtude de eventos externos e independentes de seu desempenho, que impactaram a execução do seu objeto social, tardando o bom andamento e implemento de suas operações; por decorrência, a Companhia vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo. Visando superar os problemas externos que impactaram o andamento da Securitização, a Companhia passou a se dedicar em múltiplas frentes para modernizar as ferramentas e a legislação em âmbito municipal para viabilizar a captação de recursos ao município e superar os obstáculos. Para tanto, foi necessário amparar tecnicamente a estrutura jurídico-administrativa do Município, bem como idealizar uma estrutura jurídica interna independente para permitir que a Companhia viesse a reunir as condições administrativas para entrar em operação definitivamente. Perseguindo o escopo referido, em meados de 2019, a Companhia passou por uma reformulação profunda da sua estrutura de cargos para acelerar e concretizar a Securitização em âmbito municipal, constituindo novos Diretores (DRI e Presidente) e órgão jurídico próprio, especializados na tecnologia financeira que se pretende empreender para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, acelerar e viabilizar em definitivo o exercício do objeto social da empresa. A reformulação da estrutura interna serviu, portanto, para auxiliar na criação, desenvolvimento e implemento de um novo modelo de Securitização da Dívida Ativa Municipal, que constitui uma modalidade mais atualizada de engenharia e gestão financeira para captação de recursos, chamada de Securitização de 3ª Geração. A Companhia apresenta, em 31/12/2021, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R$ 76, prejuízo acumulado no montante de R$ 6.341 e a Companhia não apurou prejuízo no exercício findo nesta data. Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27/12/2022. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** a) Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). b) Julgamento e estimativas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. c) Sazonalidade das transações: Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f) Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. c) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência. d) Ativo circulante: São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. e) Passivo circulante e não circulante: São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. g) Ativos e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas*: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas*: são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação. h) Resultado por ação básico e diluído: É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31/12/2021, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição. i) Instrumentos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: *Data de reconhecimento*: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. *Instrumentos financeiros derivativos*: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*: Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo. *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*: Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado". *Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: a) Participações societárias: No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor justo de participações que não estão mantidas para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecida no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados. b) Instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". *Ativos financeiros ao custo amortizado*: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. *Passivos financeiros ao custo amortizado*: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. *Reclassificações*: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. *Mensuração*: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado; • O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • O descumprimento de *covenants*; • A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. *Determinação do valor justo*: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: *Nível 1*: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. *Nível 2*: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. *Nível 3*: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4. Novas normas e interpretações contábeis:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2021. **5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Durante os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, o saldo era composto conforme segue:

	Nível - valor justo	31/12/2021 Custo amortizado	31/12/2021 Valor de mercado	31/12/2020 Custo amortizado	31/12/2020 Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	19	19	18	18

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	1	6
Total	**1**	**6**

6. Impostos a compensar: Em 31/12/2021 e 2020, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recuperar	8	8
Total	**8**	**8**

7. Obrigações tributárias: Em 31/12/2021 e 2020, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre salários a recolher	27	27
	27	**27**

8. Obrigações trabalhistas: Em 31/12/2021 e 2020, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	38	38
Férias	–	–
INSS a pagar	16	16
FGTS a pagar	9	9
Provisões trabalhistas	9	9
	72	**72**

9. Outras obrigações: Em 31/12/2021 e 2020, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caução de contratos	4	3
	4	**3**

10. Despesas com pessoal: Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários (Nota 13.b)	–	510
INSS	–	121
FGTS	–	66
Férias	–	7
13º salário	–	16
Gratificações	–	21
Total	**–**	**741**

11. Despesas gerais e administrativas: Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Assessoria jurídica	–	–
Auditoria e assessoria contábil	–	61
Anúncios e publicações	–	63
Juros multas e encargos	–	11
Legais e societárias	–	3
	–	**138**

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 14/01/2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R$ 1.000 subscrito em 2015. Em 20/04/2016, foi transferida 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP. Em 13/09/2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R$ 998. Em 16/03/2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R$ 1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e este foi integralizado em 30/03/2017. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22/12/2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R$ 500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15/01/2018; e (ii) R$ 589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/2018 foi integralizado o montante de R$ 1.089. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08/02/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28/02/2019. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19/07/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 13/11/2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14/01/2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 1.000 mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 18/02/2020. Em 31/12/2021, o capital subscrito e integralizado é de R$ 6.265 e está representado por 3.243.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais. b) Reserva de lucros: A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. c) Dividendos: O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. d) Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
ON	3.243.000	3.243.000
Total de ações	**3.243.000**	**3.243.000**

Movimentação na quantidade de ações

	Data	Ações
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
Aumento de capital	08/02/2019	783.600
Aumento de capital	19/07/2019	305.400
Aumento de capital	18/02/2020	1.000.000
	31/12/2021	**3.243.000**

Média ponderada do número de ações ordinárias

Data	Quantidade de ações ordinárias	Número de dias	Média ponderada de ações
31/12/2019	2.243.000	731	2.243.000
31/12/2020	3.243.000	365	1.619.282
31/12/2021	**3.243.000**		**3.862.282**

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2021	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2021	**–**	**3.862.282**	**0,0000**
Data	**Prejuízo do exercício findo em 31/12/2020**	**Média ponderada de ações ordinárias**	**Prejuízo por ação**
31/12/2020	**(893)**	**3.109.120**	**(0,0003)**

13. Partes relacionadas: a) Controlador: O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 3.242.999 (três milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Administradores: A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável. O Decreto Rio nº 43509, de 07/08/2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do Conselho Administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R$ 2.000,00 (dois mil reais) e R$ 1.000,00 (um mil reais), respec-

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

tivamente. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Os Administradores da Companhia não receberam remuneração durante o exercício findo em 31/12/2021 (R$ 510 no exercício findo em 31/12/2020). **14. Contingências:** A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas. **15. Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **16. Gerenciamento do risco:** Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31/12/2021, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário. Em 31/12/2021, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação. Risco de liquidez: O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	31/12/2021		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	19	–	19
	19	–	19

	31/12/2020		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	18	–	18
	18	–	18

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/12/2021		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	72	–	72
Obrigações tributárias (Nota 7)	27	–	27
Outras obrigações (Nota 9)	–	4	4
Total	99	4	103

	31/12/2020		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	72	–	72
Obrigações tributárias (Nota 7)	27	–	27
Outras obrigações (Nota 9)	–	3	3
Total	99	3	102

17. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **18. Eventos subsequentes:** Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.

Álvaro Luis Pereira Botelho - Diretor Presidente.
André Luiz Carneiro de Vasconcellos - Diretor Financeiro e Administrativo.
Contador: **Renato Vieira Pita** - Reg. no CRC - SP
sob o nº 1SP215876/O-8 "S" - RJ.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização, em 31/12/2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e prejuízos operacionais recorrentes. Pelos fatos mencionados, a Companhia poderá depender de suporte financeiro do acionista e/ou da captação de recursos junto a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações. O equilíbrio financeiro depende do sucesso das operações futuras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", não identificamos principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório, que é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2020 foi conduzido sob a nossa responsabilidade, que emitimos o relatório de auditoria datado em 10/11/2022, sem ressalvas, porém, com Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022.
REIS Consultoria & Auditoria Auditores Independentes - CRC/RJ 3055
Jeronimo dos Reis Pacheco - Contador - CRC/RJ 057227/O-7

Parecer conselho de administração: O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório da Auditoria Independente datado de 27 de dezembro de 2022 e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal datado de 12 de janeiro de 2023, sendo que a administração da Companhia esclareceu inexistir quaisquer ressalvas seja nos relatórios de Auditoria, seja nas atas do Conselho Fiscal, com relação ao exercício base 2021. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Cleonis Rodrigues de Souza Filho - Presidente do Conselho.
Waldemar Paulo M. Silva - Conselheiro. **Luiz Orione Souza Nunes** - Conselheiro

Parecer conselho fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório anual de Administração, as Demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, no Relatório da Auditoria Independente emitido em 27/12/2022,bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, consoante as respectivas Atas do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização S/A.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Márcio Martins Loureiro - Conselheiro. **Marcelo Ferreira de Oliveira** - Conselheiro
Marcelo Raposo Ladeira - Conselheiro.

Pais

VIOLÊNCIA POLÍTICA

Organizações cobram de redes sociais ações contra golpismo

Mais de cem organizações da sociedade civil e acadêmica vão entregar às principais empresas de redes sociais um documento que solicita políticas contra golpismo e violência política. A avaliação é que as políticas de integridade eleitoral em vigor na última eleição foram limitadas, pouco descritivas e desconsideram especificidades locais, com poucos mecanismos para restringir conteúdos que incitaram a violência e o golpe de Estado.

O documento sugere a adoção de política ou o detalhamento de ações existentes para "impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder, ainda que não haja apelo explícito à violência".

Assinam o relatório organizações ligadas à comunicação, direitos na internet e direitos humanos, como Direitos na Rede, Abraji, Conectas e Oxfam. A carta traz 22 demandas, que também tratam de negacionismo socioambiental. A demanda já estava presente no primeiro relatório conjunto dessas entidades, que alertou para a necessidade de uma política contra golpismo no Brasil, em setembro.

Embora tenham termos contra violência e incitação de ódio, de modo geral, as empresas não contemplam conteúdos que atentem diretamente contra a democracia. "Noções como bullying e discurso de ódio, presentes nos termos de uso das plataformas, podem ser insuficientes no que tange ao contexto brasileiro", diz o documento, sugerindo que esses conceitos devem estar em consonância com a Lei de Violência Política e a Lei dos crimes contra o Estado Democrático de Direito. As políticas das principais empresas são globais, com alguns pontos específicos desenvolvidos para o contexto de cada país. No Brasil, mudanças foram implementadas diante do contexto político, como a proibição de alegações falsas sobre fraude em eleições passadas (caso do YouTube) e a remoção de pedidos de intervenção militar (caso de Facebook e Instagram).

A sugestão da carta também se assemelha ao conteúdo da medida provisória elaborada pelo Ministério da Justiça no chamado pacote pela democracia, entregue pelo ministro Flávio Dino a Lula no fim de janeiro.

O texto, ainda em análise no governo federal antes de ser enviado ao Congresso, pretende impor mais obrigações às big techs em relação a atentados contra o Estado democrático de Direito.

"As políticas de integridade eleitoral, geralmente, não enquadram conteúdos golpistas, isto é, aqueles que reivindicam intervenção militar e abolição do Estado democrático de Direito, assim como o fechamento de instituições públicas", diz a carta. Outra crítica de pesquisadores é que houve "pouco ou nenhum esforço em trabalhar conjuntamente para conter campanhas de desinformação a nível multiplataforma" e que o cenário foi agravado com a profusão de publicações em plataformas de vídeos curtos, como TikTok e Kwai, para aplicativos como WhatsApp e Telegram.

FORÇA GOLPISTA

Lula diz que Exército de Caxias virou Exército de Bolsonaro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, ontem, que o Exército de Caxias foi transformado em Exército do Bolsonaro, em referência à politização das Forças Armadas pelo seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL).

Duque de Caxias, o Pacificador, é o patrono da força, e a frase foi dita pelo petista ao general Tomás Paiva, novo comandante do Exército, segundo o petista.

"E disse para o general: lamentavelmente, o Exército de Caxias foi transformado no Exército de Bolsonaro. O que não é uma boa coisa para esse país", afirmou.

Ele afirmou ainda que o ex-mandatário "explodiu tudo", e pôs em prática "insanidade" de tentar utilizar as Forças Armadas.

A declaração foi dada durante café da manhã com veículos de comunicação e blogs alternativos alinhados à esquerda, ocorrido no Palácio do Planalto. Em 12 de janeiro, ele já havia realizado um primeiro encontro com a imprensa.

O chefe do Executivo contou ainda ter dito aos comandantes das três forças, "sobretudo Tomás", não ser correto, nem prudente que "nenhuma instituição do estado esteja envolvida com política".

Segundo Lula, carreiras de estado, não apenas militares, não podem fazer do seu emprego, que classificou como privilegiado, por causa da estabilidade, "partido político". Ele citou também como exemplo o Ministério Público.

Preso e condenado na Lava Jato, Lula teve suas condenações anuladas pelo STF (Supremo Tribunal Federal). E, no ano passado, o procurador da força tarefa de Curitiba Deltan Dallagnol se lançou a deputado federal, com discurso de combate à corrupção, declarou a apoio a Bolsonaro e se elegeu.

"O general Tomás disse publicamente que um dos esforços dele é fazer com que as Forças Armadas não sejam políticas. Que ela seja legalista, para cumprir aquilo que está na Constituição. Acho que (isso) vale para todas as Forças Armadas", afirmou.

Tomás é o segundo comandante do governo do Lula, e assumiu o posto no final de janeiro, após crise de confiança aberta após os ataques do dia 8 de janeiro, em Brasília.

YANOMAMI

Garimpeiros recebem promessa de ajuda e têm apoio de goverador

Apontados como os principais responsáveis pela crise humanitária vivida pelos indígenas yanomamis, garimpeiros ilegais têm recebido apoio de moradores de Boa Vista e encontram no governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), um grande aliado.

Ontem, Denarium propôs a criação de programas sociais para os garimpeiros que estão deixando a Terra Indígena Yanomami, que fica no estado. O controle do espaço aéreo, a maior presença do Estado e a decisão anunciada (ainda que sem data definida) de retirada dos garimpeiros da terra indígena levaram a uma mobilização de grupos de invasores, que já deixam o território ou tentam fugir de alguma forma.

Durante reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a bancada de senadores de Roraima, o governador afirmou que cerca de 50 mil pessoas vivem da atividade do garimpo no estado e disse que essa população ficará desassistida, precisando de ajuda.

"Temos que criar mecanismos para que (os garimpeiros) possam sair. Uma das ações é o desbloqueio do espaço aéreo. Criar novas áreas de mineração em cooperativas, fora de área indígena, lógico", disse Denarium, em entrevista após a audiência.

A reação ocorre em meio a um processo de asfixia do garimpo ilegal, com controle do tráfego aéreo pela FAB (Força Aérea Brasileira) e promessa de retirada de invasores. No dia 20 de janeiro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou emergência em saúde pública no território yanomami.

A conivência com o garimpo e a desassistência em saúde provocaram uma crise humanitária entre os indígenas, com explosão de casos de desnutrição grave, malária e outras doenças associadas à fome, como infecções respiratórias.

Nota

SEGURANÇA E SAÚDE DIVERGEM SOBRE CRACOLÂNDIA EM SP

Uma reunião sobre a cracolândia entre representantes das gestões do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do prefeito Ricardo Nunes (MDB), ontem, foi marcada por discordância sobre as ações no centro de São Paulo. Profissionais da área da segurança pública defenderam concentrar os usuários em um lugar específico. Já os especialistas das áreas sociais e de saúde se posicionaram pela dispersão, como já acontece atualmente. Prevaleceu a segunda opção. Conforme uma pessoa que participou da reunião, as ações dos órgãos de saúde e de assistência social devem ser reforçadas a partir de hoje na região.

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Ativo circulante	**91**	**27**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	85	19
Impostos a compensar (Nota 6)	2	8
Adiantamento a fornecedores	4	–
Total do ativo	**91**	**27**
Passivo circulante	**61**	**99**
Fornecedores (Nota 7)	7	–
Obrigações tributárias (Nota 8)	7	27
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	47	72
Não circulante	**–**	**4**
Outras obrigações (Nota 10)	–	4
Patrimônio líquido (Nota 13)	**30**	**(76)**
Capital social	6.430	6.265
Prejuízos acumulados	(6.400)	(6.341)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**91**	**27**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Outras despesas operacionais	2022	2021
Despesas com pessoal (Nota 11)	4	–
Despesas tributárias	(3)	(1)
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)	(63)	–
	(62)	(1)
Resultado líquido com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo (Nota 5)	**3**	**1**
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	**(59)**	**–**
Prejuízo do exercício	**(59)**	**–**
Média ponderada de ações ordinárias (Nota 13)	4.403.027	3.862.282
Prejuízo por ação - básico e diluído - em R$ mil (Nota 13)	(0,0000)	(0,0000)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021

(Em milhares de reais)	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(59)**	**–**
Total de resultados abrangentes	**(59)**	**–**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**
Saldos em 31/12/2021	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**
Saldos em 01/01/2022	**6.265**	**(6.341)**	**(76)**
Aumento de capital (Nota 13.a)	165	–	165
Prejuízo do exercício	–	(59)	(59)
Saldos em 31/12/2022	**6.430**	**(6.400)**	**30**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	(59)	–
Resultado do exercício ajustado	**(59)**	**–**
Variação de ativos e passivos		
Aumento em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(66)	(1)
Redução em impostos a compensar	6	–
Redução em adiantamento a fornecedores	(4)	–
Redução em fornecedores	7	–
Redução em obrigações tributárias	(20)	–
Redução em obrigações trabalhistas	(25)	–
Aumento em outras obrigações	(4)	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(165)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (Nota 13.a)	165	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**165**	**–**

Demonstrações dos valores adicionados em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Insumos adquiridos de terceiros	2022	2021
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 12)	(63)	–
Valor adicionado bruto	**(63)**	**–**
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(63)	–
Valor adicionado recebido em transferência (Nota 5)	3	1
Resultado financeiro	**3**	**1**
Valor adicionado total a distribuir	(60)	1
Distribuição do valor adicionado	**(60)**	**1**
Pessoal e encargos (Nota 11)	4	–
Impostos, taxas e contribuições	(3)	(1)
Prejuízo do exercício	**(59)**	**–**

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Carioca de Securitização ("Companhia") é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro ("Município"), autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27/12/2012, e constituída pelo Decreto Municipal nº 40.198, de 08/07/2015, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. O seu objeto social consiste na aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos vencidos, de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamento ou não, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferido em 27/06/2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria. A Companhia, manteve-se pré-operacional desde sua constituição, em virtude de eventos externos e independentes de seu desempenho, que impactaram a execução do seu objeto social, tardando o bom andamento e implemento de suas operações; por decorrência, a Companhia vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo. Visando superar os problemas externos que impactaram o andamento da Securitização, a Companhia passou a se dedicar em múltiplas frentes para modernizar as ferramentas e a legislação em âmbito municipal para viabilizar a captação de recursos ao município e superar os obstáculos. Para tanto, foi necessário amparar tecnicamente a estrutura jurídico-administrativa do Município, bem como idealizar uma estrutura jurídica interna independente para permitir que a Companhia viesse a reunir as condições administrativas para entrar em operação definitivamente. Perseguindo o escopo referido, em meados de 2019, a Companhia passou por uma reformulação profunda da sua estrutura de cargos para acelerar e concretizar a Securitização em âmbito municipal, constituindo novos Diretores (DRI e Presidente) e órgão jurídico próprio, especializados na tecnologia financeira que se pretende empreender para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, acelerar e viabilizar em definitivo o exercício do objeto social da empresa. A reformulação da estrutura interna serviu, portanto, para auxiliar na criação, desenvolvimento e implemento de um novo modelo de Securitização da Dívida Ativa Municipal, que constitui uma modalidade mais atualizada de engenharia e gestão financeira para captação de recursos, chamada de Securitização de 3ª Geração. A Companhia apresenta, em 31/12/2022, patrimônio líquido no valor de R$ 30, prejuízo acumulado no montante de R$ 6.400 e prejuízo de R$ 59 no exercício findo nesta data. Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 04/01/2023. **2. Apresentação das demonstrações contábeis**: a) Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). b) Julgamento e estimativas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. c) Sazonalidade das transações: Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f) Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. **3. Principais práticas contábeis**: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. c) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência. d) Ativo circulante: São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. e) Passivo circulante e não circulante: São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. g) Ativos e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas:* não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas:* são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação. h) Resultado por ação básico e diluído: É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31/12/2022, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição. i) Instrumentos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração: Data de reconhecimento:* Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. *Instrumentos financeiros derivativos*: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*: Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo. *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*: Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente: A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado". *Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: a) Participações societárias: No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor justo de participações que não estão mantidas para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecida no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados. b) Instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". *Ativos financeiros ao custo amortizado*: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. *Passivos financeiros ao custo amortizado*: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. *Reclassificações*: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. *Mensuração*: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado; • O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • O descumprimento de *covenants*; • A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. *Determinação do valor justo*: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: *Nível 1:* cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. *Nível 2:* cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. *Nível 3*: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4. Novas normas e interpretações contábeis**: A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2022. **5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**: Durante os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	Nível valor justo	31/12/2022 Custo amortizado	31/12/2022 Valor de mercado	31/12/2021 Custo amortizado	31/12/2021 Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	85	85	19	19

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	3	1
Total	**3**	**1**

6. Impostos a compensar: Em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recuperar	2	8
Total	**2**	**8**

7. Fornecedores: Em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados por terceiros	7	–
	7	**–**

Em 31/12/2022 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativa a serviços de laudo de avaliação. **8. Obrigações tributárias**: Em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre salários a recolher	7	27
	7	**27**

9. Obrigações trabalhistas: Em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	38	38
INSS a pagar	–	16
FGTS a pagar	–	9
Provisões trabalhistas	9	9
	47	**72**

10. Outras obrigações: Em 31/12/2022 e 2021, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caução de contratos	–	4
	–	**4**

11. Despesas com pessoal: Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
FGTS	4	–
Total	**4**	**–**

12. Despesas gerais e administrativas: Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Auditoria e assessoria contábil	41	–
Juros multas e encargos	15	–
Serviços prestados pessoa jurídica	7	–
	63	**–**

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 14/01/2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R$ 1.000 subscrito em 2015. Em 20/04/2016, foi transferida 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP. Em 13/09/2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R$ 998. Em 16/03/2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R$ 1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e este foi integralizado em 30/03/2017. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22/12/2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R$ 500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15/01/2018; e (ii) R$ 589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/2018 foi integralizado o montante de R$ 1.089. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08/02/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28/02/2019. Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19/07/2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 13/11/2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14/01/2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 1.000 mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 18/02/2020. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 10/09/2022, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 165 mediante a emissão de 165.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 20/12/2022. Em 31/12/2022, o capital subscrito e integralizado é de R$ 6.430 e está representado por 3.408.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais. b) Reserva de lucros: A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. c) Dividendos: O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. d) Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
ON	3.408.000	3.243.000
Total de ações	**3.408.000**	**3.243.000**

Movimentação na quantidade de ações

	Data	Ações
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
Aumento de capital	08/02/2019	783.600
Aumento de capital	19/07/2019	305.400
Aumento de capital	18/02/2020	1.000.000
Aumento de capital	20/12/2022	165.000
	31/12/2022	**3.408.000**

Média ponderada do número de ações ordinárias

Data	Quantidade de ações ordinárias	Número de dias	Média ponderada de ações
31/12/2019	2.243.000	731	2.243.000
31/12/2020	3.243.000	365	1.619.282
20/12/2022	165.000	11	2.486
31/12/2022	**3.408.000**		**4.403.027**

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2022	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2022	(59)	4.403.027	(0,0000)

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2021	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2021	–	3.862.282	(0,0000)

14. Partes relacionadas: a) Controlador: O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 3.407.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Administradores: A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável. O Decreto Rio nº 43509, de 07/08/2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do Conselho Administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R$ 2.000,00 e R$ 1.000,00, respectivamente. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Os Administradores da Companhia

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 22.983.283/0001-71

não receberam remuneração durante o exercício findo em 31/12/2022 e 2021. **15. Contingências**: A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31/12/2022, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas. **16. Instrumentos financeiros derivativos**: Durante os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **17. Gerenciamento do risco**: Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31/12/2022, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário. Em 31/12/2022, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação. Risco de liquidez: O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	31/12/2022		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	85	–	85
	85	–	**85**

	31/12/2021		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	19	–	19
	19	–	**19**

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/12/2022		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	47	–	47
Fornecedores (Nota 7)	7	–	7
Obrigações tributárias (Nota 8)	7	–	7
Total	**61**	–	**61**

	31/12/2021		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	72	–	72
Obrigações tributárias (Nota 8)	28	–	28
Outras obrigações (Nota 10)	–	4	4
Total	**99**	**4**	**103**

18. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **19. Eventos subsequentes**: Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.

Álvaro Luis Pereira Botelho - Diretor Presidente.
André Luiz Carneiro de Vasconcellos - Diretor Financeiro e Administrativo.
Contador: **Renato Vieira Pita** - Reg. no CRC - SP sob o nº 1SP215876/O-8 "S" - RJ.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: Opinião:Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização, em 31/12/2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**: Apesar da Companhia apresentar capital circulante líquido positivo e patrimônio líquido positivo no exercício atual, vem apresentando prejuízos operacionais recorrentes. Pelos fatos mencionados, a Companhia poderá depender de suporte financeiro dos acionistas e/ou da captação de recursos junto a terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações. O equilíbrio financeiro depende do sucesso das operações futuras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", não identificamos principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório, que é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado**: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**: O exame das demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2021 foi conduzido sob a nossa responsabilidade, que emitimos o relatório de auditoria datado em 27/12/2022, sem ressalvas, porém, com Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2023.
REIS Consultoria & Auditoria Auditores Independentes - CRC/RJ 3055.
Jeronimo dos Reis Pacheco - Contador - CRC/RJ 057227/O-7.

Parecer conselho de administração: O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório da Auditoria Independente datado de 04 de janeiro de 2023 e Parecer do Conselho Fiscal. O citado Conselho opina favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos, dentro dos termos do parecer do Conselho Fiscal datado de 12 de janeiro de 2023, sendo que a administração da Companhia esclareceu inexistir quaisquer ressalvas seja nos relatórios de Auditoria, seja nas atas do Conselho Fiscal, com relação ao exercício base 2022. Submete, portanto, às demonstrações financeiras para apreciação e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Cleonis Rodrigues de Souza Filho - Presidente do Conselho.
Waldemar Paulo M. Silva - Conselheiro. **Luiz Orione Souza Nunes** - Conselheiro.

Parecer conselho fiscal: O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório anual de Administração, as Demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, no Relatório da Auditoria Independente emitido em 04/01/2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, consoante as respectivas Atas do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia Carioca de Securitização.
Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023.
Márcio Martins Loureiro - Conselheiro. **Marcelo Ferreira de Oliveira** Conselheiro.
Marcelo Raposo Ladeira - Conselheiro

Mundo

INTERNACIONAL CENTRO DE ORAÇÃO PELA PAZ DE JERUSALÉM - ICOPPAJ
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à Travessa Serafim, 22, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, em primeira convocação no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro do corrente ano, às 13:30 (treze horas e trinta minutos), com o quorum declarado no Estatuto, ou às 14:00 (quatorze horas), com qualquer número de participantes para a deliberação de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e reforma do estatuto.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.
A Diretoria

ATA DE FUNDAÇÃO DO INTERNACIONAL CENTRO CRISTÃO DE MISSIONÁRIOS E CAPELÃES VOLUNTÁRIOS - INCCMCV
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à Travessa Serafim, 22, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, em primeira convocação no dia 23 (vinte e três) de fevereiro do corrente ano, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), com o quorum declarado no Estatuto, ou às 09:00 (nove horas), com qualquer número de participantes para a deliberação de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, nova razão social e reforma do estatuto.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.
A Diretoria

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL /FITF//CNTTL/CUT-RUA SANTANA Nº 77 –SOBRELOJA- CIDADE NOVA –
RIO DE JANEIRO – RJ – CEP. 20230-260 – TELEFAX: (21) 2232.4291
E-mail:stefzcb@gmail.com

E D I T A L

Pelo presente, de conformidade com as Disposições Estatutárias, convocamos todos os ferroviários, da CBTU, Central Logística, Supervia e VALEC/RFFSA, associados desta entidade a comparecerem às Assembleias Gerais Extraordinárias, nas seguintes datas, locais e empresas: Supervia: Dia 08/03/23, às 17:30 horas, em primeira convocação e às 18:00 horas, em segunda, na Associação dos Aposentados e Pensionistas da Central do Brasil, na Rua João Vicente, 2.182 Deodoro-RJ; Central Logística: Dia 15/03/2023 às 10:00 horas em primeira convocação e às 10:30 horas, na Estação Carioca do Bonde de Santa Tereza, VALEC/RFFSA: Dia 15/02/2023, às 10:00 horas, em primeira convocação e às 10:30 horas, em segunda, na Associação dos Aposentados e Pensionistas da Central do Brasil, Rua João Vicente, 2.182-Deodoro-RJ e CBTU, dia 14/02/2023, às 12:00 horas em primeira convocação e às 12:30, em segunda, na porta de entrada da CBTU, Praça Cristiano Otoni s/n para tratarem da seguinte "Ordem do Dia" A) Leitura da Ata anterior; B) Aprovação da Pauta de Reivindicações, com vistas ao ACT 2023/2024 e C) Assuntos Gerais.
Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023.
Valmir de Lemos Presidente

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 NIRE 3330030247-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2023

Convocamos os Senhores Acionistas da GF PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), que se realizará no dia 15 de fevereiro de 2023, às 10:00h, nos termos do artigo 124, §2 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) O aditamento do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, em Série Única, para Colocação Privada, da GF Participações S.A" ("Escritura da 1ª Emissão"), firmado em 10 de julho de 2020 ("1ª Emissão"), para o fim de: (a) alterar o percentual da Remuneração Mínima (como ali definido) para 17% (dezessete por cento) ao ano; e (b) alterar os Índices Financeiros (como ali definido) estabelecidos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura da 1ª Emissão; (ii) caso aprovado o item (i) acima, o aditamento das condições do bônus de subscrição emitido pela Companhia em 10 de julho de 2020, para o fim de excluir o conceito de Valor de Referência do EV ali constante; (iii) caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, a aprovação do aditamento dos instrumentos contratuais de garantias à 1ª Emissão; (iv) caso aprovadas as matérias acima, autorização aos Diretores da Companhia para adotar todas e quaisquer providencias e celebrar todos os documentos. relacionados às deliberações acima.Nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023. Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração GF Participações

TRAGÉDIA

Terremoto na Turquia e na Síria pode afetar 23 milhões, diz OMS

O terremoto de magnitude 7,8 que já provocou mais de 6.300 mortes no sudeste da Turquia e no norte da Síria pode afetar 23 milhões de pessoas na região, advertiu a OMS (Organização Mundial da Saúde) ontem. Na véspera, a organização afirmou que previa um balanço de óbitos próximo de 20 mil.

Segundo Adelheid Marschang, uma diretora da entidade, cinco milhões do total de pessoas expostas já estão em situação de vulnerabilidade. Trata-se do caso de refugiados da Guerra da Síria, por exemplo, e da população local que vive em áreas urbanas e rurais afetadas por mais de uma década de conflitos.

Marschang ainda chamou a atenção para o fato de que a Síria deve necessitar de mais ajuda externa do que seu vizinho, a curto e médio prazos, em razão de sua menor capacidade de resposta —a crise humanitária no país se aprofundou ainda mais nos últimos meses, quando a população passou a conviver com escassez de combustível e eletricidade em meio a um dos invernos mais rigorosos de sua história.

Ambos os fatores, aliás, impediram temporariamente o envio de socorro da ONU para a parte noroeste do país, onde vivem dissidentes do regime de Bashar al-Assad. Quase toda a ajuda humanitária que chega à região vem da Turquia e passa por Bab al Hawa, um ponto de acesso na fronteira criado pela organização há quase uma década e que a Síria afirma que infringe sua soberania.

"Algumas rodovias foram danificadas, outras estão inacessíveis. Há questões logísticas que precisam ser resolvidas. Estamos explorando todas as nossas opções para alcançar aqueles que precisam de socorro", afirmou uma porta-voz da ONU à agência de notícias Reuters. Antes mesmo do terremoto, a organização estimava que mais de 4 milhões das pessoas que vivem na área dependiam de doações que vinham de fora da fronteira.

Seja como for, a situação é urgente, reforçou o secretário-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. "Agora é uma corrida contra o tempo. A cada minuto, a cada hora que passa, diminuem as chances de encontrar sobreviventes." Ele acrescentou que a organização está especialmente preocupada com regiões de ambas as nações que não reportaram nenhuma informação desde o tremor.

RESGATE

Desde o início dos trabalhos de resgate, que prosseguiram durante a madrugada sob frio, chuva e neve, o número de mortos ultrapassou a marca de 6.300 —a Turquia contabiliza 4.544 óbitos, e a Síria, 1.832, de acordo com os balanços das autoridades de Damasco e das equipes de resgate nas zonas rebeldes.

Em Genebra, o porta-voz do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), James Elder, afirmou que há suspeitas de que o terremoto tenha provocado a morte de milhares de crianças, uma vez que dezenas de escolas e hospitais, além de outros tipos de instalações, foram danificadas ou destruídas pelos impacto do sismo. O governo turco calcula que 5.775 prédios tenham colapsado, e, segundo a Unesco, ao menos quatro locais considerados Patrimônio Mundial da Humanidade foram atingidos no país.

Juntas, as nações vizinhas registram ainda quase 25 mil feridos. As condições meteorológicas na região turca da Anatólia dificultam a atuação dos bombeiros e trazem pessimismo às perspectivas de encontrar sobreviventes sob os destroços. Quem conseguiu escapar se aquecia em tendas ou fogueiras improvisadas.

Nas cidades atingidas, ginásios, escolas e mesquitas viraram abrigos aos que perderam suas casas, mas muitos preferiram passar a noite em carros com a família, com medo de novos sismos. Autoridades locais anunciaram a intenção de deslocar parte dos desabrigados a hotéis da região, um polo turístico.

Algumas províncias se queixaram, porém, de que a ajuda estatal não era suficiente. Em cidades como Malatya, também na Anatólia, e Antakya, no sudeste, parentes das vítimas eram vistos pedindo a vizinhos capacetes, martelos e cordas, enquanto os mais desesperados tentavam escavar os destroços sem equipamentos especiais ou mesmo luvas e roupas adequadas para o inverno.

O terremoto ocorrido na madrugada de segunda-feira passada foi o mais letal na Turquia desde o tremor de 17 de agosto de 1999, que matou 17 mil pessoas. O abalo também foi sentido no Líbano, no Chipre e no Norte do Iraque. Cálculos do governo dão conta de que 13,5 milhões de pessoas foram afetadas, numa área que vai de Adana, no oeste, a Diyarbaki, no leste, e de Malatya, no norte, a Hatay, no sul.

Mortes foram registradas tão longe ao sul quanto em Hama, a cerca de cem quilômetros do epicentro do sismo. Algumas áreas do país estão sem combustível e eletricidade, e conexões de internet fracas e rodovias danificadas entre algumas das cidades mais atingidas têm dificultado os esforços das autoridades para dimensionar o impacto e planejar ações de resgate e ajuda humanitária.

O líder turco, Recep Tayyip Erdogan, decretou estado de emergência por três meses nas dez províncias afetadas pelo tremor e acrescentou que 70 países já se ofereceram para ajudar nos resgates.

Equipes estrangeiras começaram a chegar ao país nesta terça, tanto em zonas afetadas diretamente quanto nas atingidas por abalos secundários. Autoridades relataram mais de 50 réplicas dos tremores nas primeiras dez horas seguintes ao sismo inicial e alertaram que outras devem ocorrer nos próximos dias.

Um dos grupos de resgate, oriundo da França, desloca-se para Kahramanmaras, epicentro do sismo, que sofre com a neve e é conhecida como uma região de difícil acesso —as duas equipes dos Estados Unidos anunciadas por Joe Biden na véspera, com 79 socorristas cada uma, devem seguir para a mesma região.

Além deles, Rússia, Ucrânia e Israel foram alguns dos outros Estados a se prontificarem a ajudar, assim como a China, que anunciou um pacote de auxílio de US$ 5,9 milhões (R$ 30,6 milhões) a Ancara.

Uma série de países também anunciou envio de ajuda humanitária à Síria, mas sem especificar sua dimensão ou quando ela viria. O regime de Bashar al-Assad está isolado internacionalmente e é alvo de sanções —a Rússia, um de seus poucos aliados, foi um dos únicos que prometeram envio imediato de equipes de emergência, além de disponibilizar 300 tropas acampadas na região para ajudar nos resgates.